

Aumentar a Selic pode ajudar o país a sair da crise? Sim

30/05/2015

ROBERTO LUIS TROSTER: REMÉDIO AMARGO E NECESSÁRIO

No momento atual, quando a economia encolheu 1,6% em um ano, o desemprego está aumentando e a inadimplência batendo recordes de alta, elevar os juros vai agravar o quadro, não há dúvida sobre isso. A opção de não subir as taxas, todavia, é pior para o país.

É fato que, quanto mais baixos forem os juros, maiores serão o consumo, o investimento, o emprego e a inclusão social. É tão óbvio quanto dizer que ganhar no esporte é melhor do que perder. O desejo de vitória num estádio e de reduzir os juros é universal. Mesmo assim, neste momento, a prescrição é subir.

Predomina a cegueira nas análises que focam apenas na Selic, a taxa básica de juros, em detrimento de outros aspectos importantes e de horizontes mais longos para as variáveis econômicas. A decisão de subir mais os juros para baixar a inflação rapidamente é necessária porque a alternativa, que é um gradualismo, traz prejuízos maiores.

Considerando a restrição que existe na utilização dos demais instrumentos de política econômica, o atual ciclo de alta das taxas de juros é a maneira mais adequada para acabar com a resiliência da inflação. Atualmente, a inflação está num patamar de 8,3% ao ano e o objetivo é fazer com que seja reduzida para 4,5% no próximo.

Uma alta temporária de juros é remédio amargo e necessário para a saúde da economia e que tem de ser complementado com outros medicamentos, como as reformas e a austeridade fiscal, para terem um

efeito duradouro e permitir uma diminuição consistente dos juros básicos e das demais taxas.

Os números mostram que a mudança na condução da política monetária neste ano, já está apresentando resultados consistentes.

Os juros para prazos curtos –alguns meses– subiram. Para prazos mais longos, todavia, estão mais baixos do que antes do comprometimento maior com a meta de inflação de 4,5% em 2016.

As projeções dos analistas corroboram o acerto da estratégia. Mostram um crescimento mais baixo este ano, mas estão revisando para cima as de prazos mais longos. Há, de fato, uma troca entre crescer um pouco menos agora para prosperar mais por um período mais longo.

As estimativas de inflação para o próximo ano já começaram a cair; no último mês, a média esperada para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) caiu de 5,62% para 5,51%, portanto 0,11 pontos percentuais. Se o ritmo for mantido dessa forma, em nove meses, ou seja, no começo do ano que vem, estará em 4,5%.

Uma questão central é a dinâmica da dívida pública –juros altos a elevam ainda mais. A questão é o que causa um aumento menor da dívida pública, ou um juro mais alto por pouco tempo para quebrar a inércia inflacionária ou um gradualismo que se perpetua.

A experiência mostra que um aperto monetário forte é comparativamente menos oneroso do que uma estratégia gradual de combate à inflação.

A análise da política monetária deve focar não apenas na taxa a ser definida na próxima semana, e sim no comportamento e evolução futura de todo espectro de juros.

Nesse sentido, há muito a ser feito, o que é cobrado no crédito às famílias e às empresas não guarda mais relação com os juros básicos. Há de se resolver não apenas a questão da inflação, mas também a crise de inadimplência e outros problemas que assolam o Brasil.

Acima de tudo, ter presente que a política monetária é somente um instrumento para o desenvolvimento, nada mais que isso.

ROBERTO LUIS TROSTER, 64, doutor em economia, foi economista chefe da Federação Brasileira de Bancos - Febraban e da Associação Brasileira de Bancos - ABBC. Foi professor da PUC-SP e da USP